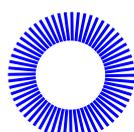


A descolonização dos museus e o projeto social em Cuba

**Sonia Virgen
Pérez Mojena**

Presidenta do
Consejo Nacional de
Patrimonio Cultural

Cuba



A experiência cubana na criação de museus tem um antes e um depois da Revolução no poder. Isso significa que, antes de 1959, o país tinha museus com grandes coleções, em municípios e até mesmo a nível nacional, com grande reconhecimento e transcendência social. O Museo Emilio Bacardí, em Santiago de Cuba, o Museo Oscar María de Rojas, em Cárdenas, Matanzas, e o Museo Nacional, em Havana, foram criados a partir de coleções particulares com compilações de várias partes do país e do mundo.

Pode-se afirmar que as mudanças sociais que surgiram após 1959 com o triunfo da Revolução, como a campanha de alfabetização – a primeira revolução cultural –, a Lei de Reforma Agrária, a Lei de Reforma Urbana, a nacionalização da indústria e a desprivatização da educação e da saúde, tiveram um papel fundamental na renovação dos museus e de suas narrativas, aproximando-os de propostas com um tom mais comunitário e social.

Nos primeiros anos, isso aconteceu graças à ação de Marta Arjona, especialista em patrimônio e a primeira presidenta do Consejo Nacional de Patrimonio Cultural. Embora não tenhamos certeza de sua participação na Mesa Redonda de Santiago do Chile, suas ideias correspondiam às premissas e ela as colocou em prática com o consentimento do Ministério da Cultura, na pessoa do Ministro Armando Hart Dávalos.

Nesses termos, os museus municipais do país foram criados por meio da produção de coleções com a contribuição e a participação dos habitantes das comunidades, que, em muitos casos, doaram peças de

seu patrimônio familiar para serem expostas nas salas dos novos museus nas localidades onde a história local é contada por meio de seu próprio patrimônio.

Essas instituições não registraram em seu nome a palavra “comunitários”, mas, em essência, o foram e continuam sendo. Pode-se dizer, então, que elas surgiram descolonizadas, como uma instituição socializadora da cultura de seu povo, acessível a todos os segmentos da sociedade cubana.

E, também, muito em sintonia com a definição atualizada de museus, aprovada em 24 de agosto de 2022, no âmbito da 26.^a Conferência Geral do ICOM, realizada em Praga:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, preserva, interpreta e expõe patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus promovem a diversidade e a sustentabilidade. Envolvendo as comunidades, os museus operam e se comunicam de forma ética e profissional, oferecendo experiências variadas para educação, diversão, reflexão e troca de conhecimento.

Não se deve esquecer que, no contexto histórico em que esses museus surgiram, estava se desenvolvendo na América Latina a nova tendência museológica, que apontava para uma museologia social, deixando para trás o foco nas grandes coleções e centrada na participação social dos sujeitos. Embora a influência em Cuba tenha sido um pouco tardia, os movimentos sociais que estavam





Museo Oscar María de Rojas
de Cárdenas, Matanzas, Cuba.

ocorrendo na região colocaram, de forma crescente e rápida, os grupos e segmentos sociais historicamente mais desfavorecidos no centro do olhar historiográfico que contribuiu para o discurso museológico e museográfico nessas instituições.

Não menos interessantes são esses desenvolvimentos sob as leis relativas à proteção do patrimônio cultural: a Lei n.º 1 de Proteção do Patrimônio Cultural, de 1977, cujo objetivo é determinar os bens que, devido à sua relevância para a arqueologia, história, ciência e cultura em geral, fazem parte do patrimônio cultural da nação; a Lei n.º 2 dos Monumentos Nacionais e Locais, e a altamente avançada Lei n.º 23 dos Museus Municipais, de 1979, por meio da qual foram criados museus na maioria dos municípios do país.



Museo Emilio Bacardí
de Santiago de Cuba.

A concepção dessas instituições museais era a de um museu integral que contasse sua história local em todas as áreas, desde a história das comunidades aborígenes até as transformações sociais promovidas pela Revolução; anticolonialista em sua essência e com um perfil social elevado, portanto descolonizado como instituições da cultura popular.

A Lei n.º 106, de 2009, sobre o Sistema Nacional de Museus da República de Cuba, possibilitou a formulação de uma política mais holística para coordenar o trabalho em todas as áreas dos museus do país. Recentemente, em maio de 2022, foi aprovada a nova Lei Geral de Proteção do Patrimônio Cultural e do Patrimônio Natural, consolidando assim um modelo inclusivo e amplamente social nos museus cubanos, influenciado por outros países, mas com particularidades que nos permitem



Museo Municipal de Playa,
La Habana.



afirmar que estamos consolidando uma escola na forma de fazer museologia.

O conselho ampliado da União Nacional de Escritores e Artistas de Cuba, em julho de 2022, concentrou seus debates nas ações necessárias para neutralizar ou enfrentar a carga colonizadora a que a cultura está submetida nestes tempos. Por esse motivo, o primeiro secretário do Partido Comunista de Cuba e presidente da República, Miguel Díaz-Canel, disse em seu discurso de encerramento: “[...] ninguém está em condições de afirmar que existe uma compreensão absoluta da gravidade do fenômeno por parte de todos aqueles que realizam algum tipo de trabalho ligado à cultura”.¹ Esse grupo inclui diretores de museus e especialistas.

Há outros museus no país que mantêm a ideia colonizadora em seu discurso museográfico, por isso nos perguntamos: como podemos descolonizar os museus? Conseguindo uma estratégia na narrativa da exposição? Propondo novas leituras da coleção? O Museo Nacional de Artes Decorativas mudou seu discurso museográfico e

realiza exposições transitórias para atualizar as coleções e vinculá-las aos tempos e eventos atuais; é um exemplo do que deve ser feito sem eliminar a coleção.

O Ministério da Cultura de Cuba criou um programa para enfrentar a colonização cultural, “Semear ideias, semear consciência”, com um sistema de ações próprias para a transformação, onde se estabelecem as diretrizes necessárias que irão permitir solucionar, a médio e longo prazo, aspectos presentes na sociedade relacionados com a permanência de marcas colonizadoras.

Nos museus atuais, está sendo feito um trabalho para reajustar os roteiros museológicos e os projetos museográficos, mas primeiro deve-se trabalhar para mudar a mentalidade colonizadora de diretores e museólogos, para pensar de forma diferente e apresentar múltiplos contextos para observar os bens ou objetos, de modo que a interação entre objetos e visitantes ocorra sem a mentalidade colonizadora e que o objeto ou a obra fale por si.

Essa é uma tarefa árdua, na medida em que é fortemente influenciada por uma museologia tradicional em que a conceituação é mais eurocêntrica, tanto na forma de

¹ Discurso, versões taquigráficas - Presidência da República, 8 de julho de 2022.





Fachada do Museo Nacional de Artes Decorativas, Havana.



Montagem da sala de jantar no Museo Nacional de Artes Decorativas, 2020.

expressar a narrativa museológica – os conteúdos – quanto na expressão formal ao exibi-los. Apesar da predominância do método materialista histórico no país, ainda existem ferramentas positivistas relacionadas à maneira de olhar o objeto e de, às vezes, parcializar o conhecimento em linhas cronológicas ou pontos de vista em que a universalidade pode eclipsar um pouco as expressões da particularidade local. E não se trata de negar essa grande cultura universal da qual devemos beber, mas, como disse aquele homem universal, José Martí: “Enxerte-se em nossas repúblicas o mundo; mas o tronco terá que ser o de nossas repúblicas”.

A descolonização impõe um processo de seleção e aprimoramento de nosso patrimônio, do que há de melhor nele, do que, em sua diversidade e singularidade, nos representa como povo. A descolonização impõe o fortalecimento de uma identidade cultural, extraíndo do passado o que é autêntico, o que nos uniu no processo de descolonização, o que nos permitiu marcar a diferença entre o domínio e a necessidade de autoexpressão que nos levou à luta pela independência e a nos dignificarmos como cubanos.

Descolonizar não é esquecer ou rejeitar, pois com essa atitude poderíamos criar falsas lacunas no processo lógico de transculturação ou deculturação que se desenvolve em qualquer contato entre culturas. O que é essencial é reivindicar o direito de apreciação dos valores, de empoderar tradições ou a cosmovisão que permitiu a construção coletiva de nossas nações. É formar a partir do presente a garantia de perdurar no futuro, com uma cultura autêntica e formativa. “Essa originalidade é um elemento-chave na história dos povos, é a base de nossa resistência”, disse Díaz-Canel no discurso antes mencionado.

Uma avaliação temática relacionada a programas governamentais como sustentabilidade, promoção da mulher, ação contra o racismo, recontextualização do que significou a escravidão para a história local, defesa a todo custo da memória histórica, são caminhos que nos levam à conformação de uma matriz de conteúdo e à definição de marcos e pontos de inflexão na conceituação dos museus no país.

É por isso que é importante trabalhar com intenção na educação patrimonial em museus e dedicá-la à



Material impresso do programa
“Semear ideias, semear consciência”.



descolonização desses museus, para obter múltiplas reflexões e interpretações das exposições, para trabalhar com a visão da geração que deve vivenciá-las. Permitir que as perguntas sejam provocadas antes de se desgastar tentando dar respostas, fazer com que cada pessoa busque um vínculo pessoal com a história que está sendo contada, fazer com que a conclusão seja obtida pelo visitante e não induzida por codas predefinidas ou banais, é o desafio ao qual somos chamados. O resultado pode ser obtido por meio de estudos de público realizados em museus.

O país mantém um vínculo estreito entre patrimônio e educação, como fonte primária de conhecimento, como meio de ensinar e educar. É uma ferramenta que promove valores na personalidade, principalmente relacionados à defesa e proteção da identidade, o que enriquece o conhecimento das pessoas.

A política cultural do país é clara quanto à importância do papel desempenhado pelos museus nesse importante objetivo de alcançar visibilidade a partir de uma perspectiva nacional sem cair em ilusões nacionalistas. O apoio do governo à Agenda 2020-2030 permite que nós, como programa, nos concentremos em ações que tornem mais sustentável uma cultura que aspira a se expressar sem estar atrelada a formas impostas ou que lembrem modelos culturais estrangeiros.

De acordo com o grande intelectual e presidente da Casa de las Américas, Abel Prieto:

Nesse esforço, devem ser evitadas improvisações, abordagens superficiais e todas as expressões que acabam sendo miméticas e colonizadas. Devemos banir de nossas ações todo paternalismo, noções autoritárias e verticais, e erradicar qualquer reprodução inconsciente de características da cultura de dominação e práticas discriminatórias.²

Essas são linhas estratégicas a serem seguidas na árdua tarefa de criar museus que olhem para dentro, com os olhos do país, a partir de uma perspectiva inclusiva e unificadora no processo de construção coletiva da nação.

² No folheto “Semear ideias, semear consciência. Programa para enfrentar a colonização cultural”, 2022.

